

18/3/98 JT  
81 15 A

## IBAMA QUER MAIS FLORESTAS PRIVADAS 'Desmatamento zero'

Para tentar frear o desmatamento na Amazônia, que já perdeu 600 mil quilômetros quadrados de florestas nos últimos 30 anos (área maior que a dos Estados de Minas e Sergipe somados), uma das metas do pacote do governo é reduzir a zero, em dez anos, o ritmo de devastação da floresta, de onde são retirados 50 milhões de quilômetros cúbicos de madeira anualmente. Para isso, o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, sugere o aumento da quantidade de terras públicas na Amazônia dos atuais 15 milhões de hectares para 40 milhões de hectares. O objetivo, segundo ele, é interferir na lei da oferta e procura de madeira.

"Precisamos controlar o mercado de madeira e, para isso, é necessário aumentar o número de terras destinadas ao reflorestamento." Segundo Martins, para conseguir atrair as madeireiras para as Florestas Nacionais (Flonas), seria preciso criar incentivos para que elas sejam mais rentáveis do que permanecendo na ilegalidade. Para isso, seria necessário reduzir o desperdício de madeira, que hoje é de aproximadamente 50%. "Quem quiser investir bom capital que se dirija para as Flonas", disse Martins. "Mas o modelo não vai funcionar se forem adotados procedimentos ilegais."

Entre as iniciativas para contro-

Arquivo/AE



### “VAMOS COLOCAR O RANKING DAS MADEIREIRAS NA INTERNET”

(De Eduardo Martins, presidente do Ibama)

lar a exploração florestal e atrair as madeireiras para as Flonas, o Ibama vai colocar na Internet, mensalmente, o ranking das madeireiras que cumprem e das que desrespeitam o meio ambiente. "Essa será uma das táticas de controle."

Segundo Martins, outra medida de controle é o fortalecimento das áreas por onde as toras clandestinas são transportadas. O Ibama espera reduzir em 40% o contrabando de madeira. Para abril, está programado também o que Martins chama de "leitura do relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)". O Ibama deve contratar um instituto de pesquisa para ir a campo e estudar a causa de o desmatamento de 95 e 96 ter sido maior em áreas com menos de 100 hectares. Devem ser visitadas 1,2 mil propriedades, onde serão analisadas a estrutura fundiária e a dinâmica econômica e de desmatamento.

Martins culpa o mercado interno pelo fato de a moratória do mogno (proibição temporária do corte) não ter dado certo. "É chique ter móveis de mogno em casa, o mercado interno nunca parou." O governo criou a moratória do mogno em 96 e planejou que ela duraria dois anos, período em que seriam criadas políticas para proteger a madeira — a mais cobiçada da região amazônica. Essa madeira, entretanto, ainda é retirada de 300 áreas de manejo (de exploração controlada), aprovados antes da moratória, além de continuar a ser levada ilegalmente da floresta. Martins não sabe se o prazo da moratória do mogno, que vence em julho, será estendido por mais tempo.